

AgInt nos EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1273419 - ES (2018/0076931-0)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
AGRAVANTE : FUNDAÇÃO PETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL PETROS
ADVOGADOS : MARCUS FLÁVIO HORTA CALDEIRA E OUTRO(S) - DF013418
ALESSANDRA VARGAS ANDRÉ - ES011476
DAYANNE ALVES SANTANA E OUTRO(S) - DF036906
CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO E OUTRO(S) - ES012289
AGRAVADO : RAMIRO TELES NASCIMENTO
ADVOGADOS : ADEIR RODRIGUES VIANA - ES002603
DIOGO MORAES DE MELLO - ES011118
GEORGE RODRIGUES VIANA - ES019492
DANIELLE FERNANDES NASCIMENTO - ES012766

EMENTA

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INDEFERIMENTO LIMINAR DOS EMBARGOS PELA PRESIDÊNCIA. AUSÊNCIA DE ANÁLISE DE MÉRITO DO ESPECIAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 315/STJ. COMPROVAÇÃO DE OCORRÊNCIA DE FERIADO LOCAL DEVE SER REALIZADA NO MOMENTO DE INTERPOSIÇÃO DO RECURSO, NOS TERMOS DO ART. 1.003, § 6º, CPC/2015.

I - Consoante o art. 1.043 do CPC/2015, os Embargos de Divergência somente são admissíveis quando os acórdãos embargado e paradigma forem de mérito, ou quando um deles, embora não conhecendo do recurso, tenha apreciado a controvérsia.

II - **In casu**, o acórdão embargado não apreciou a controvérsia, no mérito, eis que proferido em sede de agravo interno manejado em agravo em recurso especial, do qual não se adentrou a análise meritória, assentando-se o julgado na intempestividade do apelo nobre.

III - Incidência, no particular, do teor da Súmula n. 315 do STJ, segundo a qual "*Não cabem embargos de divergência no âmbito do agravo de instrumento que não admite recurso especial*".

IV - A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça se firmou no sentido de que a comprovação da ocorrência de feriado local deve ser realizada no momento da interposição do recurso, nos termos do Art.1.003, § 6º, do CPC/15.

Agravo Interno desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Francisco Falcão, Nancy Andrighi, Laurita Vaz, Humberto Martins, Maria Thereza de Assis Moura, Herman Benjamin, Napoleão Nunes Maia Filho, Jorge Mussi, Og Fernandes, Luis Felipe Salomão, Mauro Campbell Marques, Benedito Gonçalves e Raul Araújo votaram com o Sr. Ministro Relator.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro João Otávio de Noronha.

Brasília, 12 de Fevereiro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro João Otávio de Noronha
Presidente

Ministro Felix Fischer
Relator